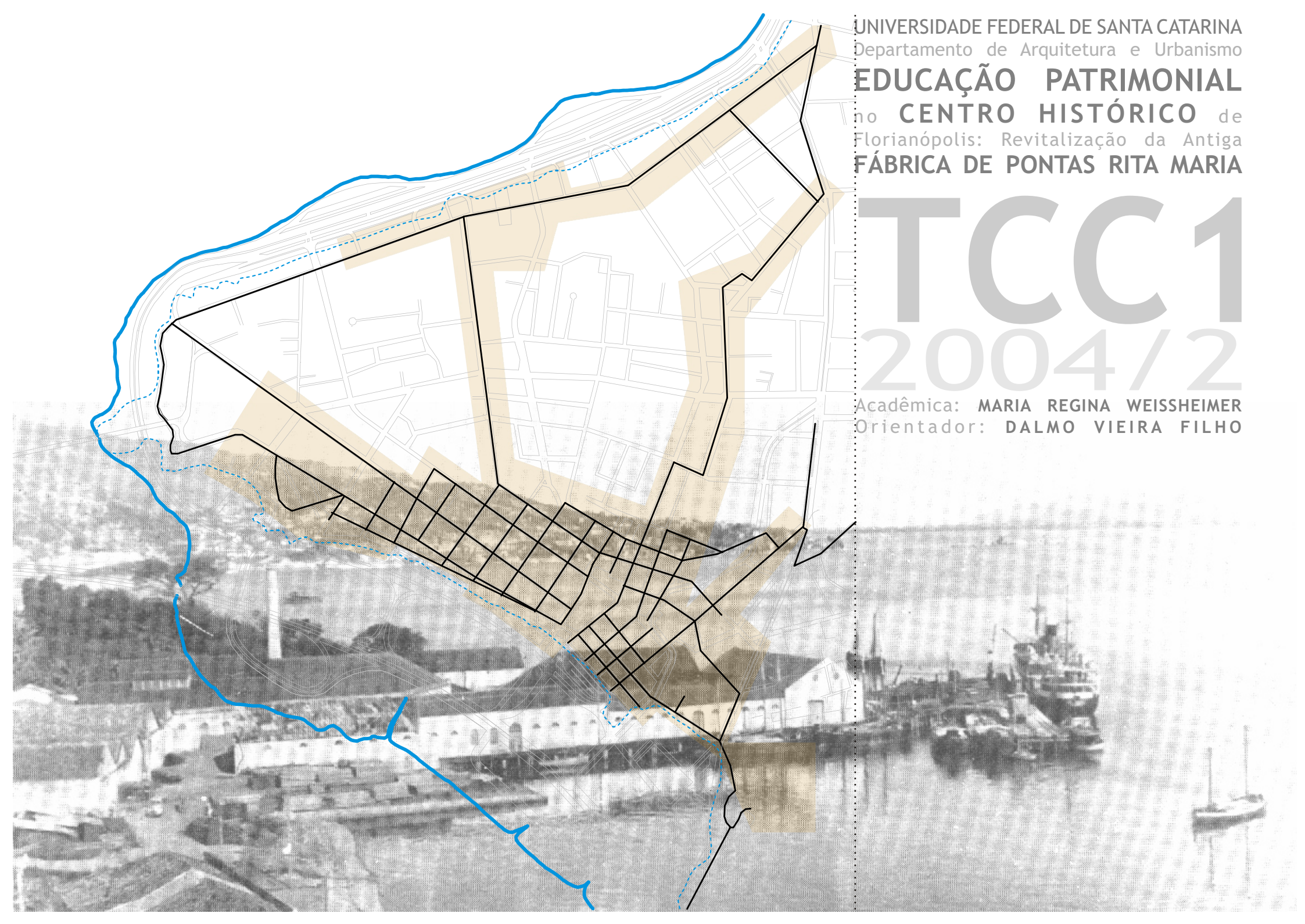


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Departamento de Arquitetura e Urbanismo

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL
no **CENTRO HISTÓRICO** de
Florianópolis: Revitalização da Antiga
FÁBRICA DE PONTAS RITA MARIA

TCC1
2004/2

Acadêmica: **MARIA REGINA WEISSHEIMER**
Orientador: **DALMO VIEIRA FILHO**



EDUCAÇÃO PATRIMONIAL no CENTRO HISTÓRICO de Florianópolis: Revitalização da antiga FÁBRICA DE PONTAS RITA MARIA

Acadêmica: MARIA REGINA WEISSHEIMER Orientador: Dalmo Vieira Filho
Co-orientação: Luiz Eduardo Fontoura Teixeira Coordenadora: Maria Inês Sugai

TCC1
Florianópolis
2004/2

ÍNDICE

Introdução	02
Histórico	
1º Período	03
2º Período	04
Mercado Público	05
3º Período	06
Ponte Hercílio Luz	07
Fábrica de Pontas Rita Maria	08
4º Período	10
A proteção do patrimônio histórico e cultural em Florianópolis	11
Turismo e patrimônio em Florianópolis	12
Atividades de lazer em Florianópolis	13
Proposta	15
Identidade e educação na cidade	16
Novos usos e integração com o Centro Histórico	17
Acessos e relações com o Centro Histórico	19
Bibliografia	20

INTRODUÇÃO

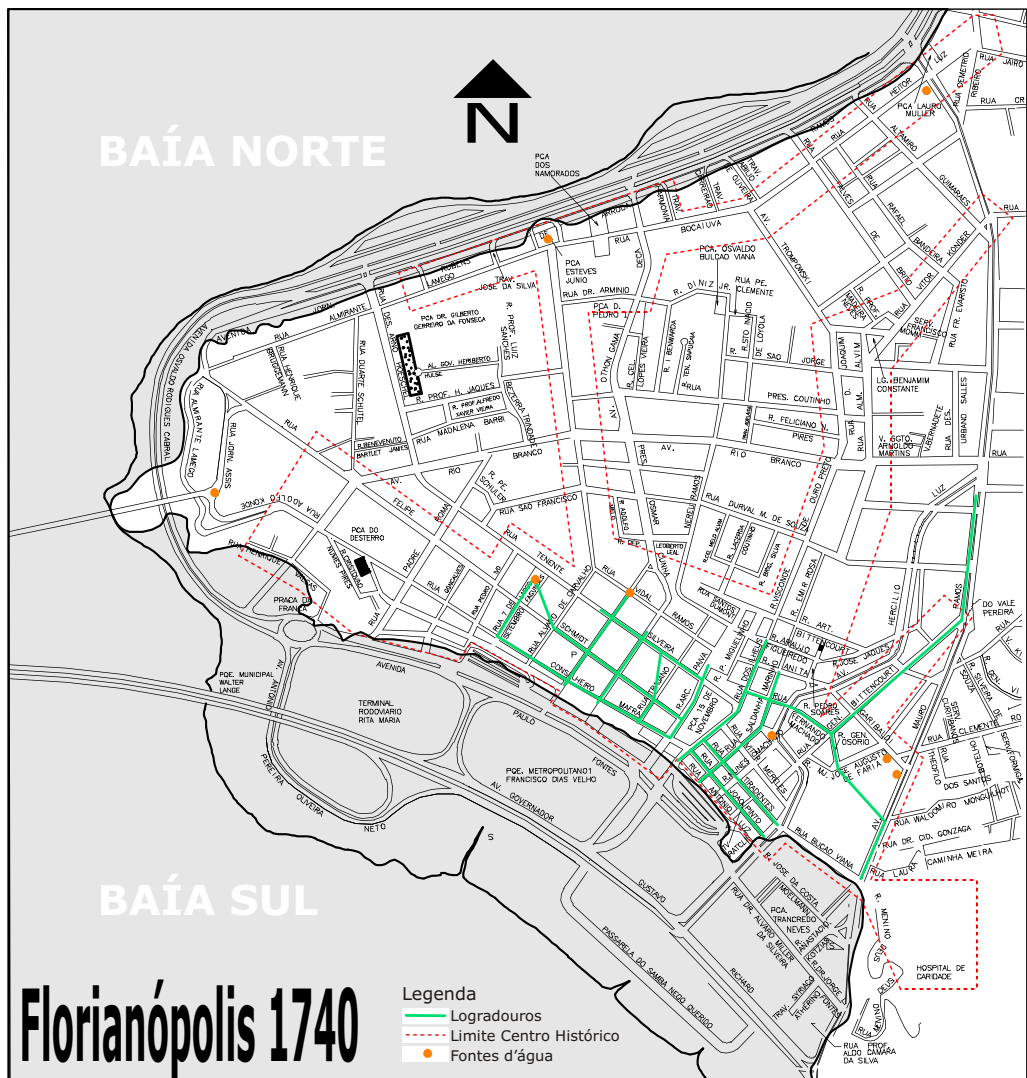
Palco da vida cotidiana no mundo contemporâneo, a cidade é resultado da interação do ser humano, através da cultura, com o espaço onde se insere. Processo constante de mudança e renovação, o espaço urbano encontra na sua malha e nos seus edifícios as marcas fixadas ao longo do tempo e através das quais é possível construir uma história. Cada intervenção, cada renovação do espaço promove uma mudança nos rumos dessa história.

Através da substituição do antigo pelo novo busca-se satisfazer o desejo constante de modernidade. Decorrência de um processo brusco de industrialização e modernização, a rápida urbanização das grandes cidades acaba acarretando uma substituição também brusca de suas construções históricas e de seu modo de vida. Mergulhados no ritmo acelerado da vida urbana, seus habitantes sofrem diretamente as conseqüências das transformações que os rodeiam, mas raramente as percebem.

Já não é mais tão simples compreender o emaranhado de relações que ocorrem diariamente na cidade, tampouco conhecer seus moradores, o que fazem, de onde são, de onde vêm e para onde vão. É, entretanto, neste espaço que todos vivem e convivem diariamente e é nele que precisam encontrar o suporte necessário para manifestar seus desejos e suprir suas necessidades.

Este trabalho pretende trazer à tona alguns dos problemas enfrentados pela cidade de Florianópolis hoje, em especial as condições do seu Centro Histórico, sua história e suas potencialidades, para que se possa suprir parte das carências que nascem com o processo de transformação urbana e que se manifestam intensamente na atualidade.

A participação ativa da sociedade na permanente discussão sobre os rumos e o futuro da cidade, sua conscientização e a vivência efetiva dos espaços públicos urbanos são passos fundamentais para a busca da qualidade de vida e o real exercício da cidadania. A valorização do patrimônio está intrinsecamente relacionada às condições precedentes e deve desempenhar um papel de troca constante entre a cidade e o cidadão.



Para que se possa melhor compreender a evolução da cidade, de sua malha urbana, de sua morfologia, de suas relações sociais, torna-se necessária uma periodização que facilite o nosso estudo. Adotarei a divisão proposta por Nelson Popini (1991) por considerá-la adequada, pois traça um paralelo entre as transformações da cidade e os acontecimentos nacionais que teriam sido os propulsores de tais mudanças.

1º Período: de 1662(?) até 1823

A fundação de Nossa Senhora do Desterro está desde o início vinculada à história nacional (e o surgimento de qual vila ou cidade não está?). A necessidade de proteger suas fronteiras e resguardar a costa fez com que a coroa portuguesa tomasse medidas para que se iniciasse a colonização do litoral brasileiro. É com essa designação que aporta o bandeirante Francisco Dias Velhos, por volta de 1662, na Ilha de Santa Catarina e funda Nossa Senhora do Desterro. Tendo como ato fundador a construção de uma pequena capela no alto de uma colina, de frente para o mar, seguindo à risca os moldes portugueses, o lugarejo caracteriza-se, nessa fase, pela vida militar.

O convívio social é determinado, basicamente, pelas relações de troca. Também pudera, cerca de 50 anos após sua fundação, em 1712, a vila não contava com mais de 146 habitantes. A caça e a pesca eram a base da economia. Tal panorama só se altera com a chegada, em meados do séc XVIII, de cerca de 6000 açorianos, dando um primeiro impulso ao desenvolvimento da vila.

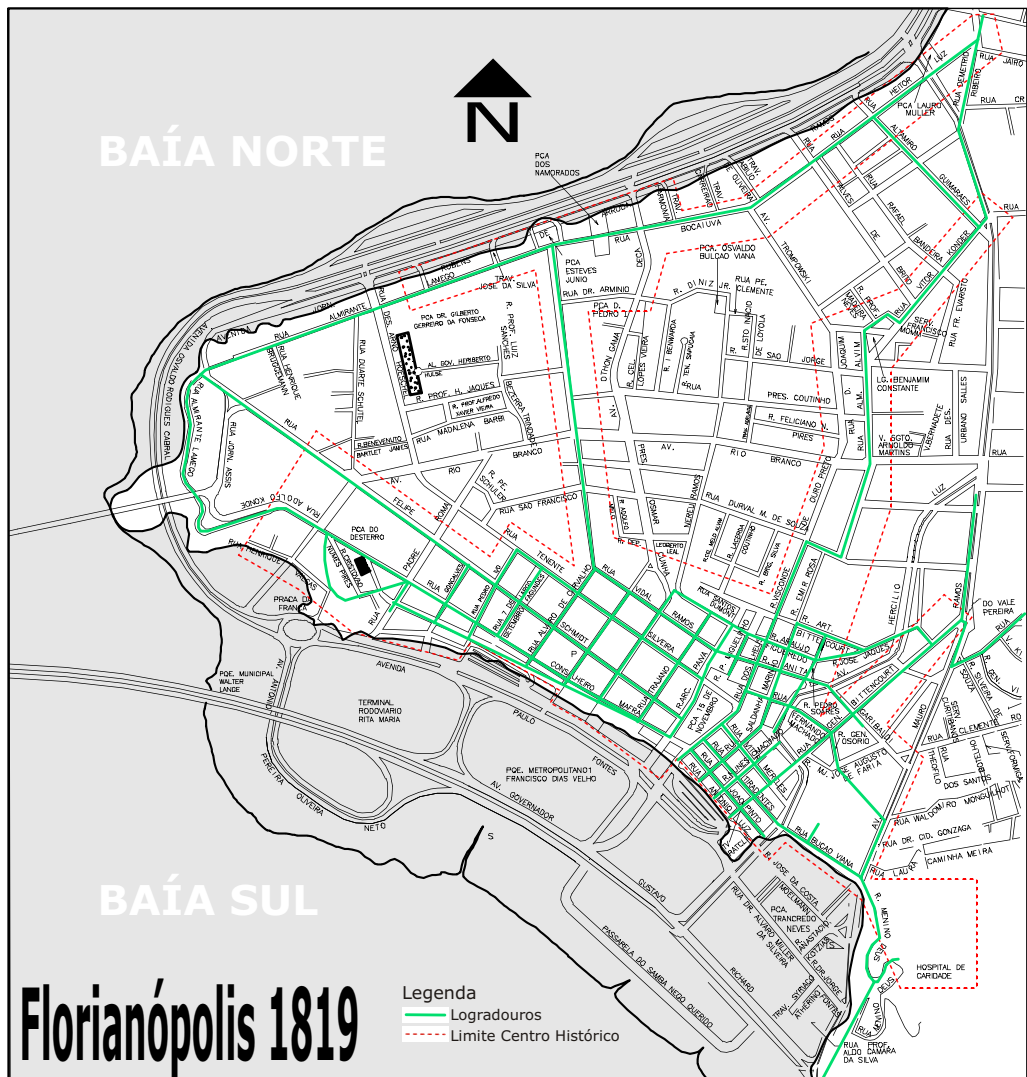
É fácil imaginar que nesse momento se inicia um processo de caracterização da cultura local que, se antes precária, agora passa a ser dominada pelos costumes e tradições açorianas. Além do núcleo central, os imigrantes passam a ocupar também outros recantos da Ilha e criam diversas Freguesias, sendo as mais conhecidas a do Ribeirão da Ilha, de Santo Antônio e da Lagoa da Conceição. Nesses locais desenvolvem a agricultura e a pesca que caracterizarão, mais tarde, a base dos produtos locais de exportação.

Mesmo não sendo considerado um período de desenvolvimento e caracterização do núcleo urbano em termos morfológicos, essa etapa, em especial após a introdução do elemento açoriano, é fundamental para o alicerçamento de uma identidade cultural ilhoa.



Vista geral de Nossa Senhora do Desterro em meados do século XVIII. Destaca-se a igreja levantada por seu fundador no alto da colina, de frente para o mar. O casario estende-se, neste primeiro momento, para o lado esquerdo da praça (olhando da igreja para o mar) por ser o local mais abrigado e próximo às fontes. Caracteriza-se pela vida militar e relações de troca. A relação com o mar é íntima, principal meio de subsistência baseado na pesca. Imagem: www.ufsc.br/~esilva/





2º Período: de 1823 até 1930

1823 (um ano após a Independência) é o ano em que a Vila de Desterro é elevada à categoria de cidade, promovendo, assim, com mais velocidade a urbanização que a vila já vinha apresentando desde o início do calçamento da primeira rua por volta de 1816. Observando o mapa de 1819, percebe-se que o núcleo urbano já está bem delimitado nesse período, sendo o que passamos a chamar de Centro Histórico devidamente consolidado. A cidade se higieniza e novos padrões arquitetônicos são incorporados. Fato representativo para esse período, a imigração europeia (principalmente de italianos e alemães) que ocorre em todo o Estado tem suas influências também no contexto urbano da Ilha. A introdução de um novo agente social acarreta uma transformação significativa nos modos de vida da cidade.

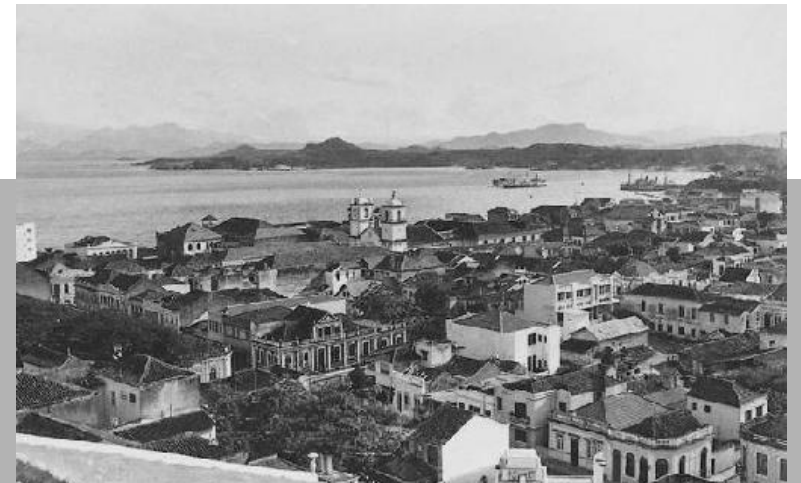
A indústria chega ao contexto da Ilha através da inauguração, em 1896, da Fábrica de Pontas Rita Maria, empreendida pelo imigrante alemão Carl Hoepcke. A imagem da cidade se transforma com a introdução do novo complexo industrial, trazendo consigo a intensa movimentação do porto e seus grandes navios (Arataca, Karl Hoepcke...). Intensifica-se a exportação (o porto do Desterro centraliza a maior parte das exportações de produtos da região) e nasce uma burguesia comercial residente, que modifica a paisagem com a introdução de novos sobrados e chácaras. Carruagens, bondes puxados a burro, iluminação pública de lâmpões e calçamentos de ruas e praças são as evidências de uma nascente urbanização.

É o período mais importante em termos da consolidação da malha urbana do Centro Histórico. A partir de então, o que mudam são as edificações, que vão sofrendo acréscimos, alterações ou sofrem a verticalização a partir dos anos 60.

A ligação da Ilha com o continente através da construção da Ponte Hercílio Luz em 1926 representa, talvez, o ponto culminante dessa urbanização, que introduz o automóvel em seu contexto e integra a cidade com o resto do Estado por via rodoviária.



Final do século XIX - A malha do Centro histórico consolida-se e são construídos os principais edifícios que o caracterizam - Mercado público (1898), Alfândega (1860), último acréscimo na Catedral (1922) e outros. As casas mais isoladas permanecem modestas, porém o surgimento de uma burguesia já começa a transformar algumas ruas, com suas chácaras e casarões.
Foto: www.ufsc.br/~esilva/



O espaço do Mercado Público

Antigo ou novo - o primeiro mercado público foi construído no ano de 1848, em frente à Pça. XV e posteriormente demolido e substituído por um novo, no ano de 1898, onde encontra-se atualmente - o Mercado Público foi, por excelência, o ponto focal das atividades comerciais na cidade. Tendo uma das suas laterais voltadas para o mar e a outra à Rua Cons. Mafra - também uma rua comercial por excelência - o mercado talvez representasse justamente essa ligação tão íntima com o mar, de onde chegavam os barcos trazendo o pescado que vendia-se a céu aberto, ali mesmo, na hora.

E é fácil imaginar também a importância da Cons. Mafra nesse contexto, passagem obrigatória de mercadorias e de seus compradores, um corredor comercial que se completava com a João Pinto, sua continuidade após a Praça Fernando Machado.



Venda de louças de barro no Mercado público - antes de 1935



Venda do peixe no Mercado público - antes de 1935



Movimento de carroças e pedestras na rua Cons. Mafra, lateral do Mercado Público - antes de 1935



Interior do Mercado na década de 30



Fonte das fotos: www.ufsc.br/~esilva/



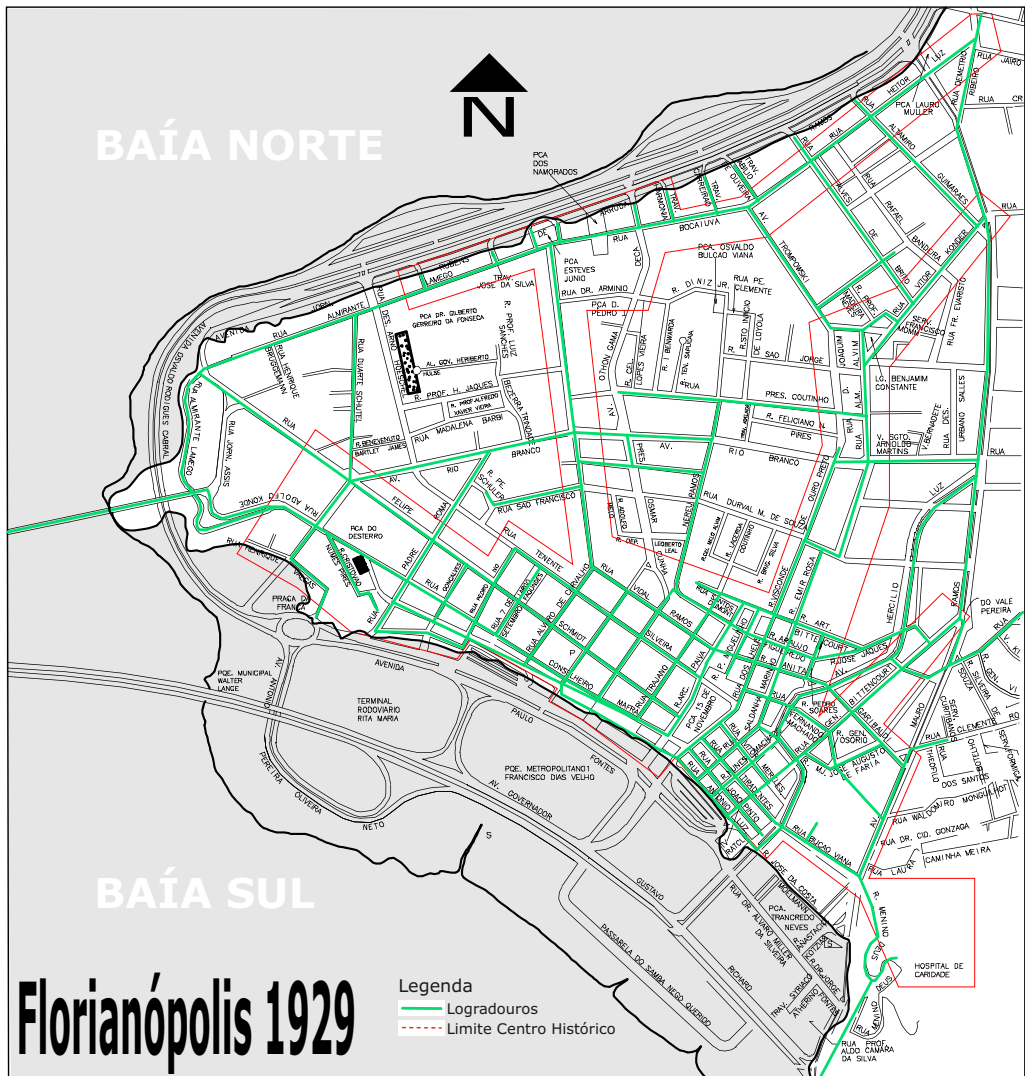
Rua interna do Mercado Público nos anos 30. Destaque para as carroças puxadas a burro.



Vista do Mercado público. Foto provavelmente tirada do trapiche da Alfândega.



Panorâmica - final da década de 50 - com a Conselheiro Mafra e o Mercado Público em primeiro plano. Ao fundo a Ponte Hercílio Luz que introduz o automóvel à cidade, porém os vários trapiches ainda se mantêm. O último trapiche, mais próximo da ponte é o do Rita Maria.



3º Período: de 1930 até 1960

Segundo Popini (1991), marcado pela Revolução de 30 e criação do Estado Novo, fatos que causam uma mudança significativa no contexto nacional, esse período não traz para a cidade senão a ampliação de serviços oferecidos pelo governo estadual. Com o fechamento do Porto do Desterro, o pólo econômico se desloca para outros núcleos urbanos mais industrializados do Estado (Blumenau, Joinville, Criciúma...) sendo a vida urbana da capital mantida através do crescimento do setor público e com a manutenção da pequena produção agrícola local. O comércio torna-se atividade principal.

A cidade ainda mantém sua vida paroquial e é portadora de uma identidade peculiar, possuindo uma relação intrínseca com o mar. Inicia-se uma tímida verticalização do centro representada, especialmente, por prédios institucionais e comerciais.

Saliento e ponto, entretanto, nesse contexto, a intensa atividade da Fábrica de Pontas que, figurando no contexto da capital como importante pólo das trocas comerciais da Ilha desde sua inauguração em 1896 - portanto no período anterior - desenvolve regularmente suas atividades até meados dos anos 40, contribuindo para a construção de uma identidade através de uma paisagem de qualidades inigualáveis (rompida mais tarde em função do aterro.) e de relações econômicas únicas a partir de seu funcionamento.

Talvez possamos considerar que a introdução da Fábrica Rita Maria e da ponte Hercílio Luz no contexto da cidade coroaem a sua primeira fase de urbanização e antecipem sua fase desenvolvimentista. É inegável que a atividade governamental tenha desempenhado nesse período um papel fundamental e que o fechamento do porto tenha agravado um período de recessão econômica, porém não podemos deixar de conceder a devida importância no que diz respeito à transformação da paisagem e da vida urbana decorrente da construção da ponte e da instalação da fábrica - que ao bem da verdade tem sua importância dividida entre esse período e o anterior).

Vista panorâmica de Florianópolis no final da década de 50. Os elementos que caracterizam o Centro Histórico hoje encontram-se neste momento todos consolidados. Mesmo após o fechamento do porto e da inauguração da ponte Hercílio Luz, a cidade continua mantendo uma relação de proximidade e de identidade com o mar. Destacam-se na foto o Mercado Público, o prédio da Alfândega e o antigo Miramar que, por muito tempo, foi a porta de entrada principal da cidade. A verticalização é ainda nesse momento tímida, porém insipiente. O intervalo de 30 anos de aparente estagnação acaba promovendo a consolidação de uma paisagem que é reconhecida até hoje como representativa de uma cidade que ainda tinha bem marcadas as marcas da sua origem e, enquanto outras capitais já sentiam os efeitos de uma rápida urbanização, portadora de uma vida tranquila e agradável.

Imagem: www.ufsc.br/~esilva/





Pouco movimento na ponte Hercílio Luz em 1930.



Anos 40 - as carroças convivem com os primeiros automóveis que chegam na Ilha

A cidade depois da Ponte Hercílio Luz

Se a revolução de 30 não causou efeitos imediatos à transformação da vida na capital, a construção da Ponte Hercílio Luz com certeza causou.

A inauguração da ponte de ferro inicia a era rodoviária da cidade. Sua existência determina a introdução do automóvel onde antes só se chegava de barco e onde o meio de transporte sobre rodas era a carroça.

A vida torna-se paulatinamente mais urbana e o pedestre passa a conviver com a velocidade dos primeiros automóveis.

Ponto principal dos “carros de praça” (táxis) e dos bondes, a Praça Fernando Machado - em frente à Praça XV - é um pólo atrator, permanecendo como porta de entrada principal de quem chega à cidade de barco, tendo o Miramar como seu anfitrião.



Pça. Fernando Machado - os bondes puxados a burro ainda convivem com os novos coletivos em 1930. Destaca-se, ao fundo, o antigo Miramar.

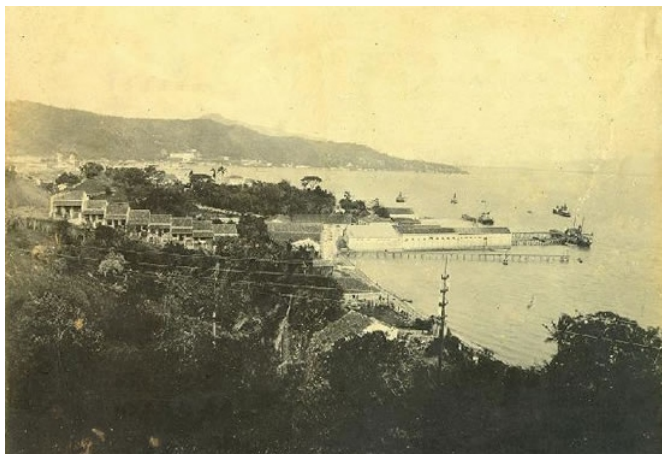


Carros e coletivos estacionados entra a Praça XV e a Fernando Machado - 1939



Movimentação mais intensa de automóveis e pedestras nos anos 50 nas ruas laterais à Pça. XV. Início de uma vida urbana que se desenvolve. O casario com a catedral e a Casa do Governador ao fundo consolidam uma imagem que caracteriza até hoje a entrada da Rua Felipe Schimidt.

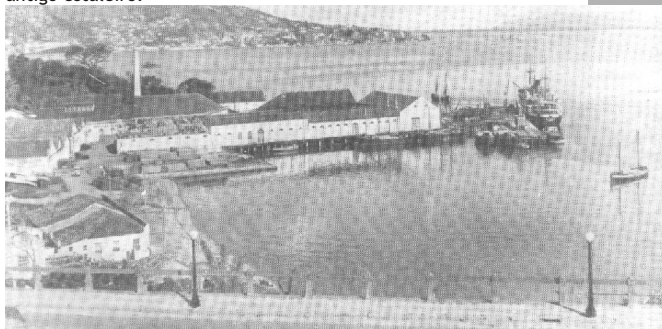
Fotos Fernando Machado: NICOLICH
Demais fotos: www.ufsc.br/~esilva/



Praia Rita Maria na década de 20. A Fábrica de Pontas juntamente com o Estaleiro impulsionou o Porto do Desterro e mudou a rotina do local. Intensificam-se as exportações e importações e o movimento de navios era intenso. À esquerda da foto podemos ver a vila operária construída por Hoepcke para os funcionários da fábrica, na rua que leva seu nome.



Na década de 50 já figura na paisagem a chaminé, construída nos anos 40 e percebe-se também a ampliação das instalações do antigo estaleiro.



Vista a partir da Ponte Hercílio Luz, ainda na década de 50. Os grandes navios como o Arataca e o Carl Hoepcke destacam-se na paisagem.

A Fábrica de Pontas Rita Maria

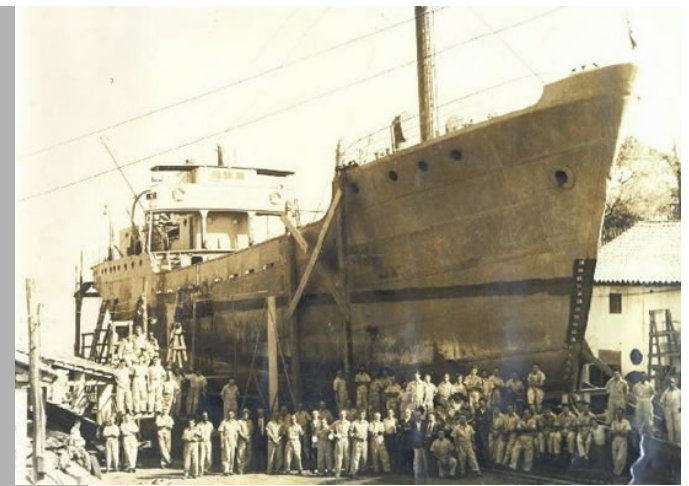
A vinda de imigrantes europeus para Santa Catarina a partir de meados do século XIX que impulsiona o setor industrial em todo o Estado, especialmente nas regiões de Blumenau, Joinville e Criciúma tem como seu representante em Desterro a figura do alemão Carl Hoepcke. Aqui chegado no ano de 1863, trabalha um breve período como colono (até 1866) só inaugurando a sua Fábrica de Pontas Rita Maria em 1896, após trabalhar como guarda livros em uma empresa de seu tio que mais tarde amplia os negócios de sua firma passando a atacadista e importadora. Já como sócio na empresa do tio, Hoepcke passa a dedicar-se também a atividades industriais o que culminaria com a instalação da sua fábrica no bairro Rita Maria.

Tal fato significou, sem dúvida, uma mudança importante na vida da capital, que passou a figurar no cenário industrial do país que já contava com outras fábricas do tipo em território nacional. A instalação repercutiu no cenário político, econômico e social da cidade sendo devidamente noticiada pelos jornais da época, que não pouparam elogios ao empreendedorismo de seu dono.

“O Sr. Carl Hoepcke, conceituado negociante d’esta praça acaba de inaugurar uma fábrica de pregos, estendendo assim as indústrias, que com tanto brilhantismo, vão florescendo no nosso Estado.” Assim anunciava o jornal “República” a 20 de maio de 1896.

Carl Hoepcke falece no ano de 1924 e a 8 de janeiro de 1925 o jornal “O Tempo” publica uma nota em homenagem ao seu primeiro ano de falecimento, evidenciando a importância da sua empresa ao desenvolvimento da economia local:

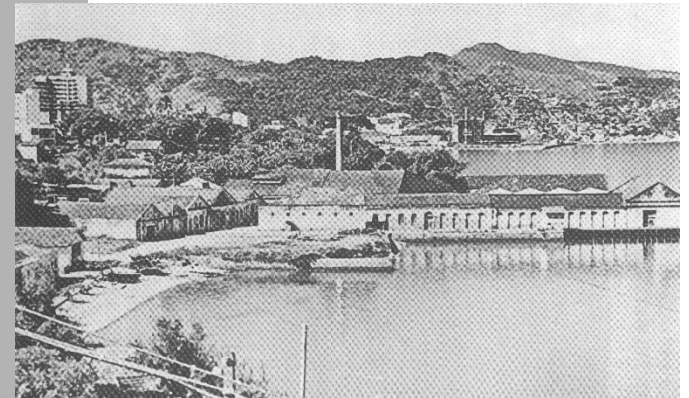
“As suas grandes iniciativas levaram-no a



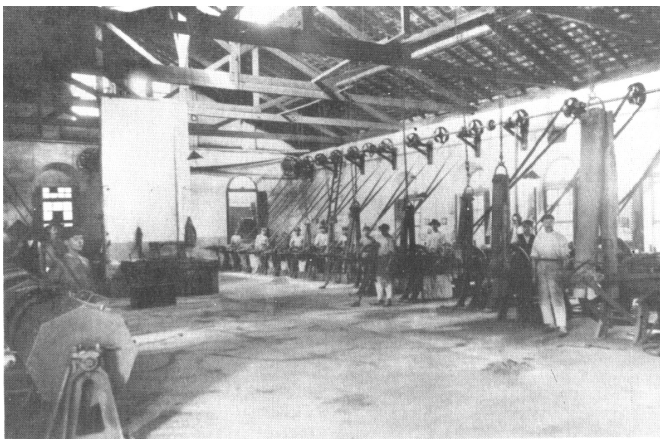
Os navios que aportavam no cais do Rita Maria traziam, além de mercadorias, um grande contingente de homens que acabavam movimentando a cidade.



Rua Hoepcke na década de 40 com a Empresa de Navegação à esquerda e à direita a Fábrica de Pregos e Pontas.



Últimos “anos de vida” da paisagem em 1970. Três anos mais tarde a praia e parte da infra-estrutura da fábrica e do estaleiro seriam engolidos pelo aterro que mudou a configuração de todo o centro, rompendo sua ligação com o mar.



Antiga sala de máquinas. As atividades na indústria e sua produção em série alteram o panorama da capital e introduz um novo tipo de trabalho e de trabalhador.



Trabalho seriado na seção de empacotamento (década de 40).



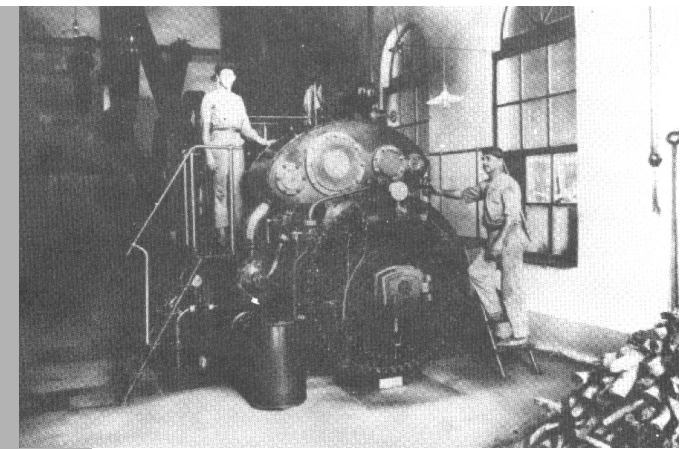
Últimos pacotes da seção na década de 80. A fábrica logo fecharia.

“ criar uma Empresa de Navegação que tão relevantes serviços vem prestando a nossa lavoura e ao nosso comércio. Estabeleceu a Fábrica de Pregos e Arame, adquiriu e desenvolveu a Fábrica de Bordados, que tanto honram a indústria catarinense.”

A Fábrica de Pontas, tendo sido uma das mais importantes (senão a mais importante) do sul do país começa a decrescer após a 2ª Guerra Mundial até sua total desativação na década de 80.

A paisagem e, conseqüentemente, sua rotina são, no entanto, bruscamente e definitivamente alterados a partir de 1973 com a introdução do aterro. Somem os navios, os atracadouros e boa parte dos galpões do Estaleiro.

Com relação ao seu uso e estado atual trataremos mais adiante. Evidencio por hora a importância que a Fábrica de Pontas e todo seu aparato representaram para a cidade neste período de aparente estagnação e evidente consolidação de uma paisagem que, juntamente com o restante do centro histórico, conferia-lhe uma forte identidade, tanto na sua imagem como na sua relação com a sociedade.



A grande caldeira e seus controladores na década de 40.



Chegada do aterro na década de 1970. Descaracterização da antiga paisagem.



Os primeiros anos do aterro na área de intervenção e seus usos hoje..

Fotos do livro "A Fábrica de Pontas Rita Maria - Um estudo de Arqueologia Industrial"



4º Período: de 1960 até hoje

A década de 60 é marcada por um período desenvolvimentista em todo o país. As prerrogativas de JK eram postas em ação desde os anos 50 e o “desenvolvimento passou a ser, no período autoritário militar, um objetivo estratégico em escala nacional”. (VAZ, 1991) Os Planos Nacionais de Desenvolvimento estabelecem diretrizes políticas e econômicas para o desenvolvimento urbano do país. O urbanismo e a arquitetura modernista brasileira (que se desenvolvia desde a década de 30) atingem seu ápice na construção de Brasília, validando e representando os planos de modernização impostos pelo governo.

A instalação da Universidade Federal e da sede regional da Eletrosul trazem para Florianópolis um novo contingente de habitantes, vindos de diversas regiões do Estado e do país. O crescimento da cidade toma novo impulso a partir de então e inicia-se assim, um novo processo de reestruturação social e cultural. A crescente classe média transforma mais uma vez o aspecto da cidade, que agora adensa-se e verticaliza-se. A construção civil toma impulso e com isso atrai uma quantidade significativa de trabalhadores vindos também de outras regiões, gerando uma mão de obra farta e barata, promovendo uma maior ocupação dos morros do centro. A partir desse momento estão lançadas as bases para a formação e desenvolvimento da vida em Florianópolis como a conhecemos hoje.

Reflexo dos planos de desenvolvimento, o aterro da Baía Sul inaugura o período de grandes obras de infra-estrutura rodoviária, propondo-se a trazer a modernidade à cidade. É nesse instante que rompem-se definitivamente os laços entre a cidade e o mar e que se delinea uma política desenvolvimentista e rodoviária adotada até hoje pela administração municipal.

A perseguição por um caráter metropolitano da cidade é evidenciada pelo Pano Diretor de 1970, que acaba contribuindo para uma brusca descaracterização da cidade em prol da tão buscada “modernização”. Permitem-se, em nome de tal desenvolvimento, as piores atrocidades.

A intensa migração proveniente de outras regiões do Estado e do país que alimentam o crescimento populacional transformam radicalmente o modo de vida da cidade. O processo contínuo de mudança contou com a introdução de um setor



Centro de Florianópolis visto a partir do continente. Adensamento e verticalização do centro. A Ponte Hercílio Luz, completamente desativada nos anos 90, serve hoje apenas de cartão postal. As áreas verdes próximas à cabeceira insular da ponte correspondem ao Parque da Luz e ao terreno ao lado da antiga Fábrica de Pontas, hoje usado como estacionamento de ônibus da prefeitura. As duas pontes novas (Colombo Sales e Pedro Ivo) fazem hoje a ligação entre a ilha e o continente. A construção da primeira inaugura, juntamente com o aterro da Baía Sul, a era desenvolvimentista da cidade, onde a malha viária e o automóvel são sempre prioritários frente a outros investimentos.

Foto: www.cs.depaul.edu/studentlife/brazil/images/FLORIPA02.jpg



privado que anteriormente não existia e que atuou conjuntamente com o setor público na recomposição no quadro de vida urbano. O Centro Histórico foi a área que maior impacto sofreu com essa alteração que, além do adensamento e verticalização já citados, através da introdução de novas funções à área teve suas relações sociais completamente substituídas por novos usos. O centro perde sua função residencial e passa a especializar-se em atividades comerciais, de serviços e gestão pública. Segundo Nelson Popini (1991), *“a valorização imobiliária, decorrente do crescimento da classe média local que constitui seu mercado alvo, juntamente com a explosão do turismo, viabilizaram a reconstrução do Centro Histórico através da substituição quase total da arquitetura do período anterior”*.

Aproteção do Patrimônio Histórico e Cultural em Florianópolis

Em 1974 inicia-se o processo de preservação do Centro Histórico e outros núcleos da Ilha *“para que a cidade não perdesse sua identidade e tivesse esse expressivo acervo reconhecido e valorizado”*. (IPUF, 2004) Cria-se, juntamente com a lei de tombamento municipal, o SEPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município) que é transferido para junto do IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis) em 1979 com a intenção de que a preservação *“passe a ser compreendida como um dos elementos integrantes do planejamento urbano”*.

É interessante observar que tal serviço nasce no mesmo período em que a cidade passa por um processo brusco de ruptura com seu passado e que, logo após seu surgimento, seja vinculado ao mesmo órgão da prefeitura encarregado do desenvolvimento e implantação do novo Plano Diretor que legaliza e viabiliza justamente a parcial destruição do Centro Histórico.

No entanto, esta aparente “coincidência” não pode ser tomada como mero acaso. O processo de preservação do patrimônio cultural nasce, na cultura ocidental, quando ameaçado por uma “perda” iminente e pela necessidade de busca de uma “identidade” que valide a idéia de memória e passado histórico. Assim aconteceu na Europa (Choay, 2001) e assim ocorreu também no Brasil (Gonçalves, 1996) quando da instituição de um serviço de defesa de um patrimônio histórico que seria representativo da identidade de um estado-nação que se consolida.

O processo de preservação de bens culturais é institucionalizado na Europa exatamente no momento em que muitos países, e em especial a França, vêem grandes monumentos e construções antigas serem demolidos ou transformarem-se em ruínas a partir da Revolução Francesa. No Brasil, tal processo se inicia com a criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1937 logo após a criação do Estado Novo que, além de iniciar um processo de industrialização do país, busca a integração nacional que só pode ser obtida através da validação do “tipicamente nacional”. Base fundamental para a construção de um novo estado-nação que se anuncia, a busca pela identificação e preservação de um patrimônio cultural brasileiro encontra-se, nesse instante, a serviço da validação de uma ideologia política.

Por outro lado, essa “perda” anunciada é identificada a partir do momento em que uma transformação brusca e acelerada se impõe sobre uma antiga maneira de viver. Assim, os bens culturais europeus são identificados em um passado distante e glorioso drasticamente modificado a partir da Revolução Industrial; o mesmo

acontecendo no âmbito nacional após a Revolução de 30 e municipal, no caso de Florianópolis, a partir do momento em que a cidade se “desenvolve”.

José Reginaldo Santos Gonaçalves, em seu *“A retórica da perda”*, sustenta a idéia de que *“o remanescentes do passado, assim como as diferenças entre as culturas, tenderiam a ser apagadas e substituídas por um espaço marcado pela uniformidade”* e que, no entanto, o discurso que se opõe vigorosamente ao processo de destruição é, paradoxalmente, o mesmo que o produz. Os objetos “salvaguardados” pelo processo de proteção acabam sendo retirados de seu contexto histórico, social, cultural e ecológico e recodificados de modo que passam a servir como sinais diacríticos das categorias e grupos sociais que visam representar. São novamente apresentados atribuindo-lhes uma unidade através de atributos como coerência, continuidade, totalidade e autenticidade deliberadamente forjadas. Uma unidade que estaria necessariamente situada num passado, no primitivo, no exótico, no popular, etc.

A noção de apropriação, amplamente utilizada no discurso sobre patrimônio cultural, é entendida como *“sinônimo de preservação e definição de uma identidade”* o que nos leva a crer que *“uma nação torna-se o que ela é na medida em que se apropria do seu patrimônio”*.

A perda é vista assim como *“uma imagem por meio da qual as diferenças e a fragmentação são colocadas para fora das práticas de apropriação, como algo que lhes é totalmente externo”*, assegurando que o patrimônio cultural permaneça, ilusoriamente, *“como algo coerente, íntegro e idêntico a si mesmo”*. (Gonçalves, 1996) Tudo aquilo com o que não se sabe lidar é tido como uma ameaça, uma agressão e, em última instância, uma perda.

Creio que tenha sido essa noção de perda que delineou o caminho para o tombamento dos monumentos e bens históricos da capital catarinense na década de 70. A ameaça de uma substituição acelerada dos bens imóveis do centro histórico da cidade causada pela especulação imobiliária teria sido a desencadeadora de um processo de preservação. Em 1985 é introduzido o conceito de Áreas de Preservação Cultural, determinando três categorias de preservação (P1, P2 e P3) de acordo com a Lei 2193/85 e os núcleos do interior da Ilha notadamente Ribeirão da Ilha, Santo Antônio de Lisboa e Lagoa da Conceição passam a ser preservados através do Plano Diretor dos Balneários. Em 1986 são tombados 10 conjuntos urbanos do centro da cidade, pois *“corriam sérios riscos de desaparecer”* (site do IPUF, 2004).

São eles:

CONJUNTO I Centro Histórico

É o núcleo inicial da antiga Vila de Nossa Sra. do Desterro, que se ergueu segundo os moldes expressos nas ordenações portuguesas de 1747, e cujos traços sobrevivem até hoje. Em torno da praça foram erguidas a primeira capela (hoje substituída pela Catedral Metropolitana), as primeiras edificações oficiais (Casa da Câmara e Cadeia, Palácio do Governo), e as primeiras moradas de alvenaria. Inicialmente a povoação se estendeu à leste da praça, e posteriormente à oeste, ocupando as áreas mais baixas, limitadas pelo mar e pelas colinas. Posteriormente foram surgindo os primeiros caminhos, em função da necessidade de ligação com as fortificações, construídas no séc. XVIII para defesa da povoação, formando assim os embriões dos futuros bairros.

CONJUNTO II - Hospital de Caridade

Este conjunto é representado principalmente pelo Hospital de Caridade e Capela do Menino Deus e a Rua Menino Deus, antigo caminho de ligação ao sul da Ilha. A preservação desta rua, que dá acesso ao Hospital, é fundamental para a valorização de um dos mais importantes referenciais da paisagem urbana. Esta rua possui uma ocupação típica do período colonial, com lotes estreitos e profundos, além de edificações geminadas, que testemunham o período colonial na arquitetura.

CONJUNTO III Bairro do Mato Grosso

O caminho de acesso ao Forte São Luiz, existente desde o séc. XVIII, inicialmente era ocupado por chácaras residenciais das camadas mais abastadas da população. No fim do séc. passado iniciou-se o desmembramento destas glebas, que aos poucos foram sendo loteadas, constituindo-se em novas áreas residenciais, e dando origem ao Bairro do Mato Grosso. Tem como principal referencial urbano a Praça Getúlio Vargas (antigo Largo Municipal). A importância deste conjunto está evidenciada pela presença de edificações de vários estilos da arquitetura.

CONJUNTO IV Bairro da Tronqueira

Este conjunto ainda guarda os vestígios mais antigos da ocupação da cidade. A Rua Gen. Bittencourt, antigamente conhecida como Rua da Tronqueira, recebeu seu nome em 1874, e era um dos importantes eixos de ligação com o norte da Ilha. Apresenta edificações antigas, representativas de vários períodos da evolução urbana e da arquitetura da cidade.

CONJUNTO V - Rua General Bittencourt

Este conjunto também é de ocupação bastante antiga, e ainda hoje apresenta edificações antigas, representativas dos vários períodos da evolução urbana da cidade. As edificações típicas do período colonial, embora esparsas, ainda evidenciam o antigo caminho de acesso ao norte da Ilha.

CONJUNTO VI Rua Hermann Blumenau

Este conjunto possui ainda o casario remanescente da arquitetura eclética do início do século, com lotes pequenos e estreitos. A Rua Hermann Blumenau chamava-se Rua Uruguai, até 1931. Era a antiga ligação do Vale das Olarias (região da atual Av. Mauro Ramos) ao antigo Largo Municipal (atual Praça Getúlio Vargas). Caracteriza-se pela horizontalidade, e pela semelhança entre as edificações, além da estreita dimensão dos lotes, que inviabilizam uma ocupação mais densa.

CONJUNTO VII Nossa Senhora do Rosário

A Igreja de Nossa Sra. do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, construída no séc. XVIII, é o principal elemento deste conjunto, e uma das mais antigas da cidade. Situada no alto de uma escadaria, voltada para a Baía Sul, a Igreja, juntamente com a Rua Trajano, forma um eixo visual de grande importância.

CONJUNTO VIII Praia de Fora

Foi na Praia de Fora (atual Beira Mar Norte), que Dias Velho, fundador da póvoa de Nossa Sra. do Desterro, aportou no séc. XVII. Nesta orla foram construídas duas fortificações (Forte de São Francisco Xavier e Forte de São Luiz), e a ligação entre ambas era feita pela Rua da Praia de Fora. Durante muitos anos foi o local onde as famílias mais abastadas possuíam chácaras.

CONJUNTO IX Rua do Passeio

Conhecida no séc. passado como Rua do Passeio e Rua Formosa,

servia de ligação entre o centro da cidade e o antigo Forte de São Francisco Xavier, localizado na Praia de Fora, e se caracterizava pela presença de chácaras, com imponentes residências. Conserva ainda hoje as estreitas dimensões da malha viária original, e é um dos poucos locais que permitem a vista do mar emoldurada por palmeiras imperiais e exemplares do casario tradicional.

CONJUNTO X Rita Maria

Nesta área situava-se o antigo cais Rita Maria, a zona portuária da cidade, onde, além dos diversos armazéns e fábricas, formou-se uma pequena vila operária, formada por casas geminadas, originalmente idênticas e que constituíam as moradias dos operários. Mesmo com a implantação do aterro da Baía Sul, as características urbanas da área se mantêm.

Turismo e Patrimônio em Florianópolis

Desde que se intensificou a partir da década de 60, o turismo na Ilha esteve sempre mais voltado às belezas naturais de seus balneários, porém alguns núcleos históricos também passaram a figurar no panorama de atrativos turísticos a partir do momento em que houve maior investimento do setor público para sua renovação e restauração.

Está no site do IPUF no link sobre “Preservação e Turismo”:

“A vocação turística da Ilha de Santa Catarina está consolidada, não só pelos inegáveis atrativos naturais, mas também pelas edificações históricas preservadas, com seu valor cultural, que poderão ser uma alternativa para o prolongamento da permanência de visitantes na região.(...)”

“Para a cidade continuar mantendo sua atratividade, são necessárias medidas que induzam a sua preservação. Dentre estas destacam-se, além da recuperação do casario, a despoluição visual, a melhoria e uniformização das calçadas.(...)”

“A despoluição visual da área central tem por objetivo preservar a beleza, a arquitetura e a identidade da cidade, e certamente contribuirá para tornar as áreas comerciais atrativas a todos.”

Analisando os fragmentos do texto supracitados, percebemos uma série de minúcias relativas à postura adotada pelo órgão de planejamento municipal no que se refere à preservação e valorização do patrimônio histórico. Evidentemente os problemas relativos ao patrimônio não são peculiaridades de Florianópolis, mas de uma imensa quantidade de cidades brasileiras e de muitos outros países.

Em primeiro lugar está a maneira como é tratado o patrimônio, especialmente o edificado, no que diz respeito ao turismo. Segundo Choay, *“a mundialização dos valores e das referências ocidentais contribuiu para a expansão ecumênica das práticas patrimoniais”*. A valorização dos bens históricos tornou-se uma indústria cultural. A valorização do patrimônio através da preservação de edificações passa a ter um sentido mercadológico e o bem cultural visto como mercadoria.

Em segundo lugar está a maneira como a preservação é geralmente implementada nos núcleos históricos. Evidentemente devemos nos preocupar com a estética e a limpeza visual das cidades o que, aliás, não deve se restringir apenas ao centro histórico ou áreas tombadas. No entanto, na maioria das vezes as práticas de preservação resignam-se a cuidar da casca, do visual, em busca de uma “preservação da beleza” e da “identidade da cidade” sem voltar-se, porém, aos moradores e usuários do local. Assiste-se dessa forma, à espetacularização do patrimônio, embelezado de maneira que possa atrair cada vez mais quantidade de turistas que, na maioria das vezes, fazem uma visita esporádica e despreziosa e ignoram a real importância do lugar.

Em Florianópolis, o único programa de renovação que buscou uma maior aproximação dos proprietários de bens tombados com parte do centro histórico foi o “Projeto Renovar” que, “*gerenciado pelo IPUF, visa(va) sensibilizar e mobilizar a comunidade, destacando a importância desse patrimônio.*” (...) Sua meta principal era “*a recuperação global dos conjuntos históricos da área central de Florianópolis*” através de práticas de restauro orientadas através de uma cartilha que poderiam ser obtidas junto ao SEPHAN.

De fato o programa promoveu a restauração de inúmeras casas e sobrados degradados do centro histórico o que acabou valorizando a área e até certo ponto incentivando o comércio. No entanto sua repercussão não vai muito além disso e o envolvimento da comunidade é também muito relativo já que a tal cartilha, o principal meio de exposição e comunicação entre o SPHAN e a comunidade, restringe-se a orientações técnicas sobre métodos de restauro.

Em relação ao turismo, que se intentava intensificar, as respostas talvez não tenham sido exatamente o que se esperava já que, além do restauro e pintura de algumas casas antigas não houve nenhum projeto complementar de revitalização, promovendo novos usos que pudessem atrair mais pessoas ao local.

O turismo de Florianópolis continua sendo essencialmente sazonal e localizado nos balneários que, ano após anos, recebem cada vez mais turistas, praticamente esvaziando-se no período de inverno.

Atividades de lazer em Florianópolis

Lazer: “*um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.* (...)” (Dumazedier, 1973, p.34)

As práticas de lazer não são fenômenos recentes, porém sua significação assim como a conhecemos passa a ser incorporada pelas sociedades após a Revolução Industrial, que traz consigo a divisão do trabalho e o estabelecimento de jornadas específicas para esse fim. “*É a partir do momento que marca o início da transição do estágio tradicional onde o trabalho no campo não trazia separações entre as várias esferas do homem, os locais de trabalho e a produção confundiam-se com o núcleo familiar e obedecia o ciclo natural do tempo para o moderno que se verifica a ruptura entre a vida como um todo e o lazer, fazendo com que esse adquira significação própria.*” (Marcellino, 1995, p.20)

Podem ser consideradas atividades de lazer um bate-bola entre os amigos; uma caminhada numa rua ou à beira mar; assistir uma novela ou um filme na TV; ouvir música; ler um jornal, uma revista ou um livro; assistir uma palestra de algum tema que se aprecia; ir ao teatro, ao cinema ou a um estádio de futebol; viajar em férias ou em um final de semana. Ou seja, são variados os tipos de lazer que conhecemos e dos quais podemos desfrutar e também o modo como podemos praticá-las.

Além disso, determinados tipos de lazer podem relacionar-se melhor com determinados tipos de usuários. Assim, as crianças podem preferir ir ao parque andar de balanço do que fazer uma caminhada com os pais, e os jovens podem ser mais propensos a ir ao cinema que à ópera por exemplo.



As praias são os principais focos atratores do turismo e representam uma das principais atividades de lazer do florianopolitano no verão. Nos meses do ano em que o clima ameno não favorece o movimento nas praias restam poucas opções de lazer nos finais de semana. Às classes médias resta, muitas vezes, um passeio ao shopping... Já o centro da cidade, espaço mais popular e propício a diversos tipos de manifestações culturais e de lazer, oferece poucas possibilidades. O Mercado Público, conjuntamente com o Largo da Alfândega, acaba sendo o principal espaço de lazer nos finais de semana mais movimentados.

A foto da direita mostra a Praia Mole, a mais próxima do centro (cerca de 25Km) e a mais freqüentada pelos jovens.

À esquerda um bloco de carnaval ocupando o espaço do vão central do Mercado Público que, no restante do ano, abriga diversos bares, shows de música ao vivo e é o local mais movimentado do centro fora do horário comercial e nos finais de semana.

Fotos: Praia Mole: www.ilhafloripaimoveis.com.br/
Mercado Público: www.guiafloripa.com.br



A cidade é o espaço por excelência de todas as atividades que envolvem o homem no meio urbano, inclusive as atividades de lazer. Deve, portanto, ser capaz de proporcionar o maior número de opções e facilidades de acesso a tais atividades a fim de suprir a necessidade de descontração que a população tem no seu tempo livre. “A efetivação do lazer requer que a um tempo disponível corresponda um espaço disponível e o espaço para o lazer é o espaço urbano” (Marcellino, 1995). É certo que cada um goza (ou pelo menos deveria gozar) de liberdade de escolha na hora de escolher a qual atividade se dedicará no seu período de descanso e, nesse sentido, é função (senão dever) da cidade proporcionar aos seus cidadãos espaços adequados e suficientes para as horas de lazer.

Sem dúvida alguma a principal atividade de lazer da Ilha está localizada nas praias e sua “beleza natural” é cada vez mais especulada para a promoção do turismo nos períodos de calor. Ao centro da cidade restam poucas opções, especialmente na chamada “baixa temporada”, quando as atividades relacionadas ao turismo sofrem uma pausa.

Dentre as causas relacionadas à falta de opções de lazer no centro, a escassez de espaços públicos livres, como parques e praças urbanas e a especialização das áreas centrais em atividades comerciais e de serviços figuram como deficiências principais.

A primeira está relacionada aos grandes espaços dedicados às atividades ao ar livre artísticas, esportivas, lúdicas - aos grandes espaços para feiras, eventos, apresentações, locais com grande potencial para a promoção de encontros, trocas, os espaços democráticos. Porém, a grande oportunidade obtida pela administração municipal para esse fim, por ocasião da construção do aterro da baía sul foi desrespeitosamente perdida. A possibilidade de redenção frente à inigualável descaracterização da cidade por conta de seu distanciamento com o mar, que seria a criação de um grande parque urbano na área aterrada foi totalmente renegada e abandonada por motivos que não convém agora abordar. O fato é que, na intenção de tornar-se moderna a cidade acabou perdendo, por duas vezes consecutivas, a oportunidade de realmente desenvolver-se através do bem estar e da qualidade de vida.

A segunda relaciona-se ao uso das áreas centrais, à especialização que o centro sofreu após a década de 60, à regularização de seu “horário de funcionamento” determinado pelos dias úteis e pela jornada diária de oito horas de trabalho. Nos finais de semana e à noite, o espaço que deveria ser rico de atividades e atrações, torna-se vazio e perigoso. Evidentemente o deslocamento das áreas residenciais para fora do centro histórico ajudou na especialização do seu uso e qualquer programa de revitalização que se propusesse a inverter essa lógica traria maior movimento e, conseqüentemente, contribuiria na requalificação de seus espaços. No entanto, isso só não bastaria. O uso diferenciado agregado à introdução de novas atividades e em novos horários poderia efetivamente tornar o centro histórico vivo. Vivo porque ocupado e porque usufruído de todas as formas, em todas as circunstâncias e por todo tipo de usuário.

As caminhadas na beira-mar representam, provavelmente, a principal atividade de lazer da classe média, especialmente dos moradores do entorno, durante o ano. Ir caminhar na beira-mar representa a possibilidade de encontrar outras pessoas, de descontração de um dia cansativo de trabalho, de contemplar a paisagem.

Foto: www.elaineborges.blogger.com.br/

Avenida Beira Mar Norte

Reveillon na Beira Mar. Talvez o maior e mais popular evento que vem ocorrendo na Av. Beira Mar Norte nos últimos anos. Uma multidão de pessoas, de todas as classes e de vários lugares vêm passar a virada do ano em uma infra-estrutura montada pela prefeitura com direito a shows musicais de fogo.

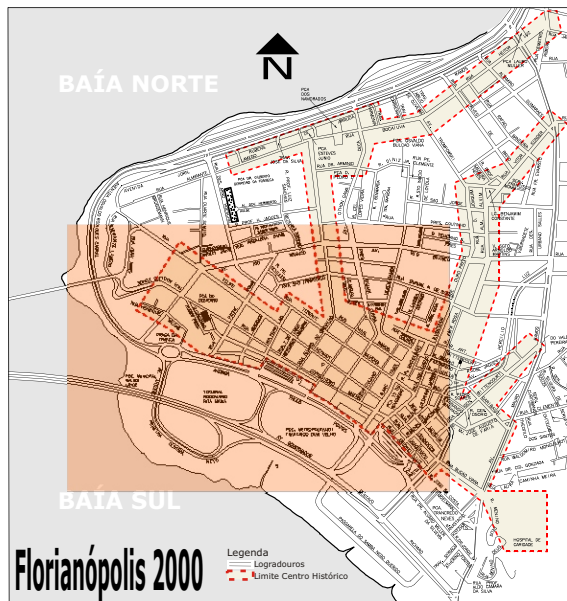


Foto: intra.setur.sc.gov.br

A Beira Mar, como é conhecida, pode ser vista hoje como o maior espaço público livre dedicado ao lazer do centro da capital. Podemos classificá-la, assim, como um “parque linear”. Andar a pé ou de bicicleta são as principais atividades desenvolvidas por seus usuários, geralmente moradores dos grandes prédios de apartamentos localizados no mesmo logradouro ou adjacências.

Ali encontram-se também os trapiches de chegada e saída das scunas de passeio à costa da Ilha e o BeiraMar Shopping, igualmente um ponto de encontro da classe média.



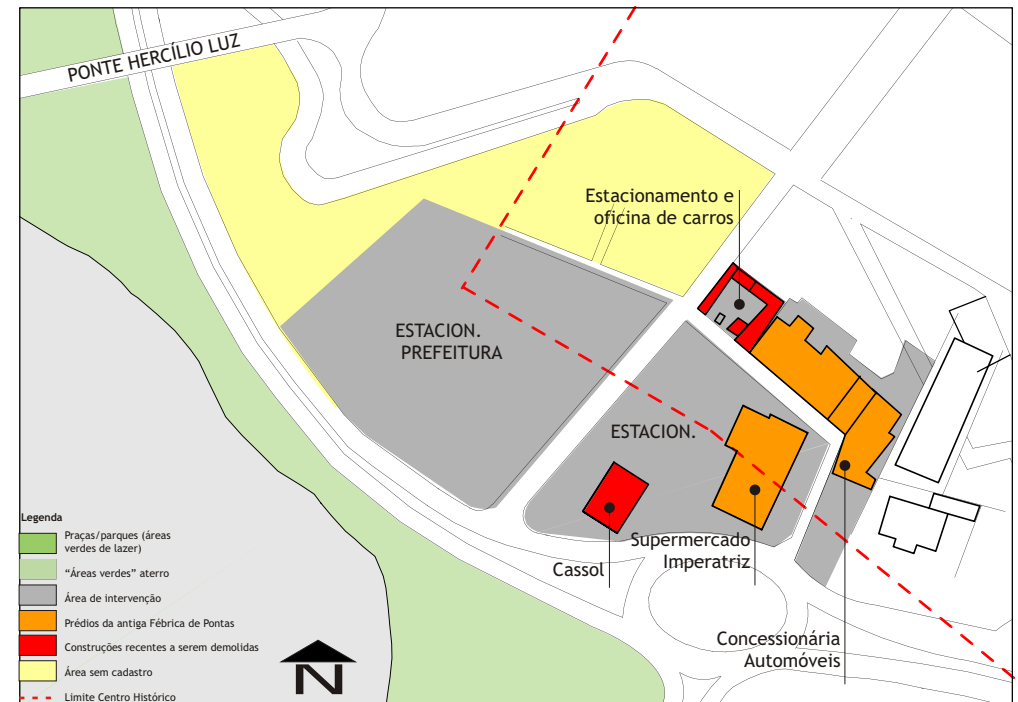
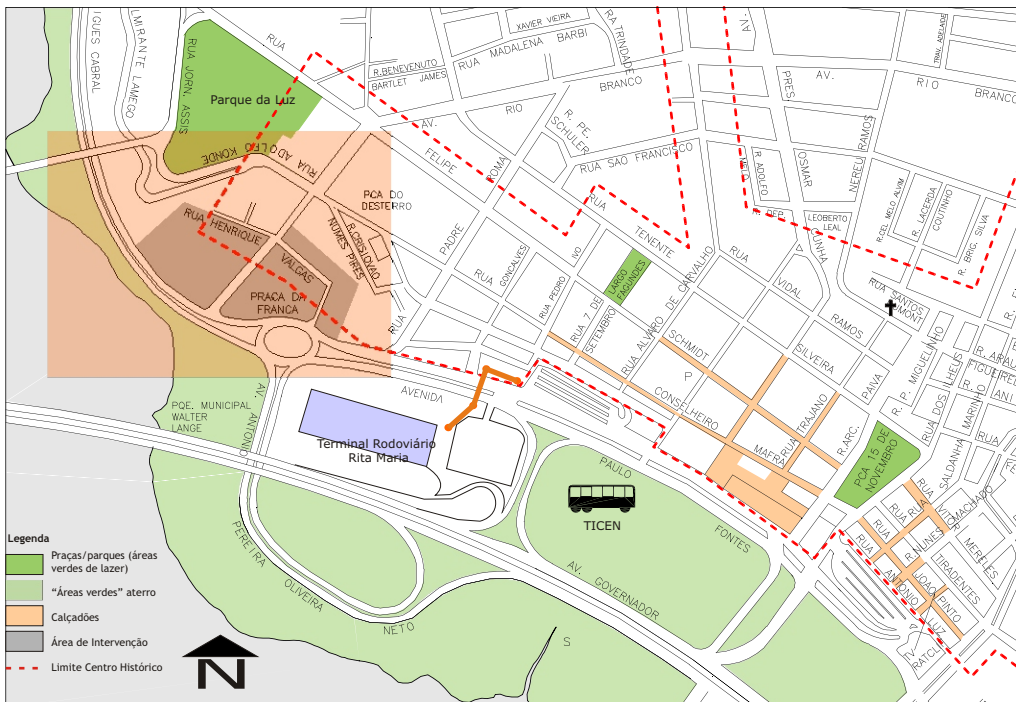


O projeto

A proposta do presente projeto consiste na apropriação do espaço da antiga praia do Rita Maria e das instalações da antiga Fábrica de Pontas para que, dando-lhes outros usos, diferentes dos que hoje lá encontramos, e buscando promover, dessa forma, uma requalificação da área e sua integração com o restante do Centro Histórico.

As estratégias utilizadas para esse fim visam uma “democratização” do espaço através da inserção de usos diversificados e a devida valorização da aérea que, além de portadora de uma memória relacionada ao processo histórico da cidade é, juntamente com o Parque da Luz, na cabeceira insular da Ponte Hercílio Luz, o último espaço livre da área, que mantém relação visual e de proximidade com o mar e com a própria ponte, principal cartão postal da capital.

Propõe-se, assim, a remoção dos usos comerciais e de serviço (supermercado, revenda de automóveis, oficinas, estacionamento) e a integração das antigas construções da Fábrica Rita Maria com as áreas livres adjacentes (hoje estacionamento da Cassol loja de materiais de construção que tem seu volume edificado inserido no meio do terreno e o terreno ao lado, hoje utilizado como estacionamento de ônibus da prefeitura)



MAPA DA ÁREA DE ESTUDO: Localização da área de intervenção com relação ao Centro Histórico.

MAPA DA ÁREA DE INTERVENÇÃO: o cadastro ainda não está atualizado e completo

Identidade e educação na cidade

São muitos os aspectos que permeiam a relação entre a importância do lugar e a presente proposta de intervenção. Tentarei explicitá-las da maneira mais clara possível, no entanto não podemos esquecer que tais aspectos estão constantemente se inter-relacionando, não existem separados.

O espaço da antiga praia do Rita Maria, com seu atracadouro e a Fábrica de Pontas, apresenta um valor histórico indubitável. Conforme o breve histórico apresentado da cidade de Florianópolis podemos perceber a importância que tal lugar teve para a capital em especial a partir do período em que a Fábrica de Pontas entrou em funcionamento. Importância na maioria das vezes ignorada pela população pois, assim como acontecem com muitas outras construções e sítios históricos, como decorrência de um crescimento acelerado e a introdução de uma nova cultura, um novo modo de vida na cidade, muitas referências acabam se perdendo porque ignoradas.

Já afirma Gutiérrez (1989) ao falar sobre arquitetura e identidade latino-americanas que *“a perda da memória histórica foi gerando uma amnésia coletiva onde a vertigem da mudança permanente conspira contra a possibilidade de uma arquitetura que contribua para a formação da identidade.”* Podemos dizer o mesmo dos espaços urbanos, das culturas, do modo de viver de uma sociedade. Já mencionamos o fato de Florianópolis ter “perdido” parte de sua identidade e se transformado bruscamente após os anos 60, especialmente após o aterro. A “amnésia coletiva” citada por poderia ser explicada através do crescimento demográfico sofrido pela cidade nesse período, trazendo migrantes de diversas regiões e com a introdução do “novo” como sinal de desenvolvimento através de ideologias políticas que acabaram por renegar o antigo.

Com tamanha euforia e pressa para tornar-se uma “capital de verdade” a cidade, podemos dizer, acabou “esquecendo” de seu passado por um instante e, para quem vem de fora, não se pode esquecer o que nunca se conheceu. Gutiérrez diz também que *“não se pode defender algo que se desconhece, nem tampouco defende-lo ou respeita-lo.”* Tal afirmação pode referir-se tanto ao caso da antiga Fábrica de Pontas quanto a boa parte do centro histórico para ficarmos apenas no centro da cidade.

A busca por uma identidade torna-se, por fim, fundamental para que se passe a ter uma maior compreensão do espaço. Refiro-me a identidade no sentido de sentimento de pertencimento, relacionado àquilo que diz respeito à todos. Ainda citando Gutiérrez: *“Essa pertinência, no entanto, não deve ser passiva. É necessária a participação, que nos permite integrar-nos com aquilo que ‘pretendemos’ nos identificar.”*

A participação é, da mesma forma, premissa básica no processo de renovação a apropriação do patrimônio histórico que, de qualquer maneira, faz parte de um todo que é a cidade, na qual a participação de seus usuários e moradores no seu processo contínuo de transformação corresponde ao exercício da cidadania.

Esta participação pode dar-se de inúmeras maneiras e nem sempre é percebida por seus cidadãos. Na verdade, bem ou mal todos participam constantemente desse processo de transformação da cidade e da vida urbana.

O acesso à informação é fator fundamental para que a sociedade se desenvolva de verdade e possa influir positivamente na formação da cidade. *“Toda cidade resulta da agregação de trabalho humano a um suporte natural. (...) uma vez*

fundadas, as cidades vivem se refazendo, jamais estão prontas.” (SANTOS,...) A história dos homens está diretamente relacionada e enquadrada pelos espaços que inventou e, em contrapartida, a cidade passa a ser, desde o seu surgimento, o espaço preferencial para realização (e percepção) da própria história. Ou seja, o fato de não possuir um referencial histórico mínimo que o situe torna o homem um tanto menos apto a compreender e opinar sobre o presente e o futuro do lugar com o qual deseja identificar-se. E para que se possa compreender é necessário, em primeiro lugar, aprender.

É nesse sentido que a Declaração de Barcelona (documento redigido e aprovado no Congresso Internacional em Barcelona em 1990 e revisado em 1994) fala sobre “Cidades Educadoras A cidade e a educação em valores para novas cidadanias. Um desafio ético e político na construção da democracia”.

Sistema complexo e em permanente construção, a cidade deve valorizar e priorizar a inversão cultural e a permanente formação de sua população. De acordo com Rubem Oliven (1972) o processo de aprendizado envolve *“a captação de técnicas, valores, costumes e hábitos de uma cultura por seus novos membros”* e *“a aquisição de recursos mentais e emocionais que capacitem a pessoa a criar respostas frente a novas situações”*.

Voltando à questão da preservação do patrimônio histórico e cultural são a informação e a formação as bases necessárias para que este possa ser apropriado e valorizado adequadamente. *“Una ciudad educadora ha de saber encontrar, preservar y presentar su propia identidad. Ello la hará única y será la base para un diálogo fecundo con sus habitantes y con otras ciudades. La valoración de sus costumbres y de sus orígenes ha de ser compatible con las formas de vida internacionales. De este modo podrá ofrecer una imagen atractiva sin desvirtuar su entorno natural y social”*.

Conhece-se por Educação Patrimonial *“um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. (...) o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural. (...) O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania”*.

Tal processo não deve ser, no entanto, compreendido separadamente, como um “bloco” de conhecimento e aprendizagem, mas sim integrado com o todo da cidade e sua vida pois, de outro modo, corre-se o risco de incorrer na mesma falácia em que se encontra hoje a questão do patrimônio histórico em relação ao seu atrativo turístico: a transformação do bem cultural e mera alegoria, portadora de significados porém desligada da realidade.

O processo de Educação Patrimonial, referenciado no bem cultural não pode esquivar-se do contexto urbano como um todo (no caso das cidades e seus centros históricos). Além disso, o processo de educação pode ser abordado explicitamente por meio de aulas, palestras, visitas guiadas; ou implicitamente pelo convívio social através de atividades de lazer por exemplo. Mais uma vez voltamos à questão da participação ativa da sociedade através de uma vivência diária.

Novos usos e integração com o Centro Histórico

A proposta de revitalização das dependências da antiga Fábrica de Pontas Rita Maria visa a introdução de novos usos ao local que permitam uma apropriação do local e uma maior aproximação com o Centro Histórico através de atividades diversas voltadas ao ensino (oficinas, educação patrimonial, palestras), de modo a contribuir para a ampliação de debates e trocas de experiências entre seus diversos usuários com relação às suas experiências na cidade e à questão do patrimônio cultural de Florianópolis.

Jovens e adultos, alunos e professores, moradores e visitantes terão, dessa maneira, a oportunidade de participar ativamente desse processo através de tais atividades, conjugadas ao lazer e à cultura local.

O objetivo é estabelecer um “programa de necessidade” que concilie atividades diárias, cotidianas aos usos de fim de semana e fora do horário comercial. A integração entre os vários setores da sociedade (escolas, associações de moradores, prefeitura, universidade...) procura ser estabelecida através dessa diversidade.

“Programa de Necessidades”

- oficinas de conservação e restauro: voltadas à formação e aperfeiçoamento de profissionais (pedreiros, carpinteiros, marceneiros...) capacitados na preservação de edificações históricas. As oficinas poderiam ser uma parceria, por exemplo, entre a Universidade Federal e SENAC, envolvendo técnicos, profissionais, estudantes e comunidades carentes, a exemplo do que ocorre no Centro Histórico de Montevidéu com o programa “Ciudad Vieja Renuueva” onde a participação da comunidade local no processo de recuperação de edifícios históricos busca promover uma maior integração entre as duas partes, constituindo, inclusive, um programa de criação de empregos a jovens, desempregados e donas de casa.

- Oficinas de arte e artesanato: as oficinas podem ser ministradas por associações de artistas da cidade e destinadas à crianças, jovens, adultos e idosos durante a semana. Seus produtos poderão ser comercializados em feiras promovidas em alguns dias da semana e nos finais de semana, visando atrair um maior número de pessoas ao local. Propõe-se, por exemplo, o deslocamento da feira que hoje acontece na Beira Mar Norte nos domingos para este espaço.

- Cursos de formação de guias turísticos: como vimos, o turismo representa um ramo em expansão em Florianópolis e, para tanto, o bom preparo e a formação de novos guias para a cidade é fundamental. Tal programa pode ser visto como uma oportunidade de geração de empregos a setores geralmente marginalizados da sociedade como comunidades carentes e pessoas da 3ª idade, beneficiando, além da integração destes com o patrimônio, a sua inclusão social.

- “salas de aula”, auditório e sala de exposições voltadas à Educação Patrimonial: espaços direcionados à formação de professores do ensino básico para que se introduza a questão do patrimônio nas salas de aula, familiarizando desde cedo o jovem e a criança com os processos de transformação da cidade, sua história, seu patrimônio cultural. Nesse caso existe, num primeiro momento, a aproximação do professor ou, nas palavras de Melson Marcellino, dos “animadores culturais” com o “objeto” e, posteriormente, a aproximação com o estudante. Aqui também se propõe uma parceria entre a Universidade, com participação inter-disciplinar entre estudantes e professores de Arquitetura, História, Sociologia, Antropologia...; as escolas públicas e privadas da capital e secretaria de patrimônio (SEPHAN) da cidade.

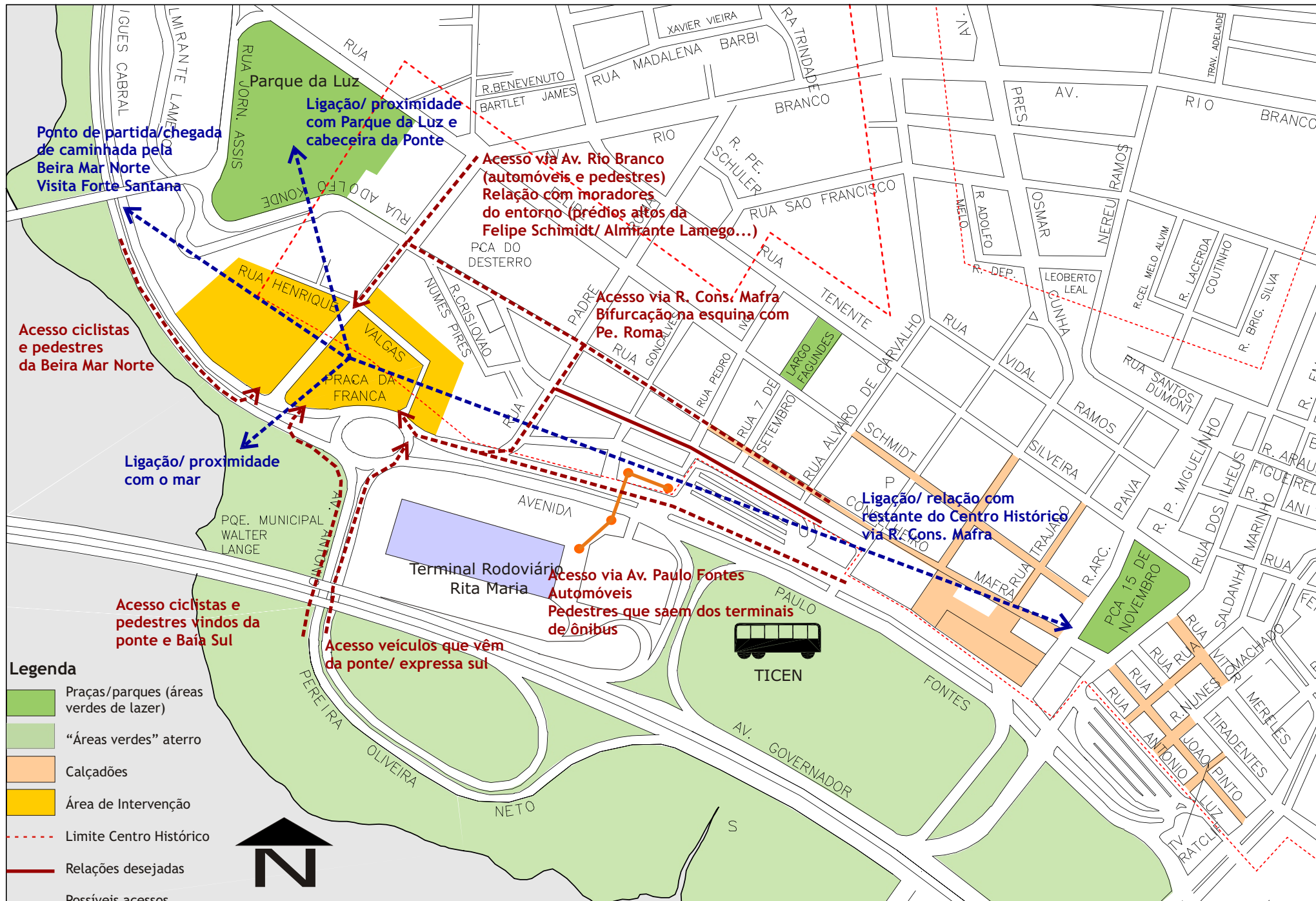
- Escritório do SEPHAN: o estabelecimento permanente de um escritório do SEPHAN no local visa uma melhor relacionamento entre o setor da administração pública municipal responsável pela conservação do patrimônio histórico e a comunidade. Sua presença no local é fundamental para a intercomunicação entre proprietários de bens tombados, agentes de promoção cultural e demais frequentadores do novo espaço.

- Biblioteca: a existência de uma biblioteca é essencial como atividade de apoio àquelas voltadas à educação patrimonial, fornecendo a base para pesquisas, facilitando o acesso à informação.

- Área para exposições: outro espaço de apoio às demais atividades visa atrair tanto seus usuários do cotidiano como visitantes. A prioridade seria dada a exposições que tenham relação com temas que dizem respeito à cidade em geral (não só Florianópolis) e ao patrimônio cultural. Se bem que esse seja um vasto leque de possibilidades.

- Palco para apresentações ao ar livre: as atividades ao ar livre são essenciais para a valorização desse espaço, que tem como vizinhos o mar e a Ponte Hercílio Luz. Espaços de descanso, contemplação e lazer ao ar livre são fundamentais e a instalação de um palco visa coroar esse espaço público de modo que possibilite o estabelecimento de uma agenda cultural semanal com apresentações de teatro, música, dança e manifestações folclóricas.

- Bares/ restaurantes: são também funções de apoio que contribuem para a diversificação das atividades e dos horários de funcionamento.



Mapa possíveis acessos e relações com Centro Histórico

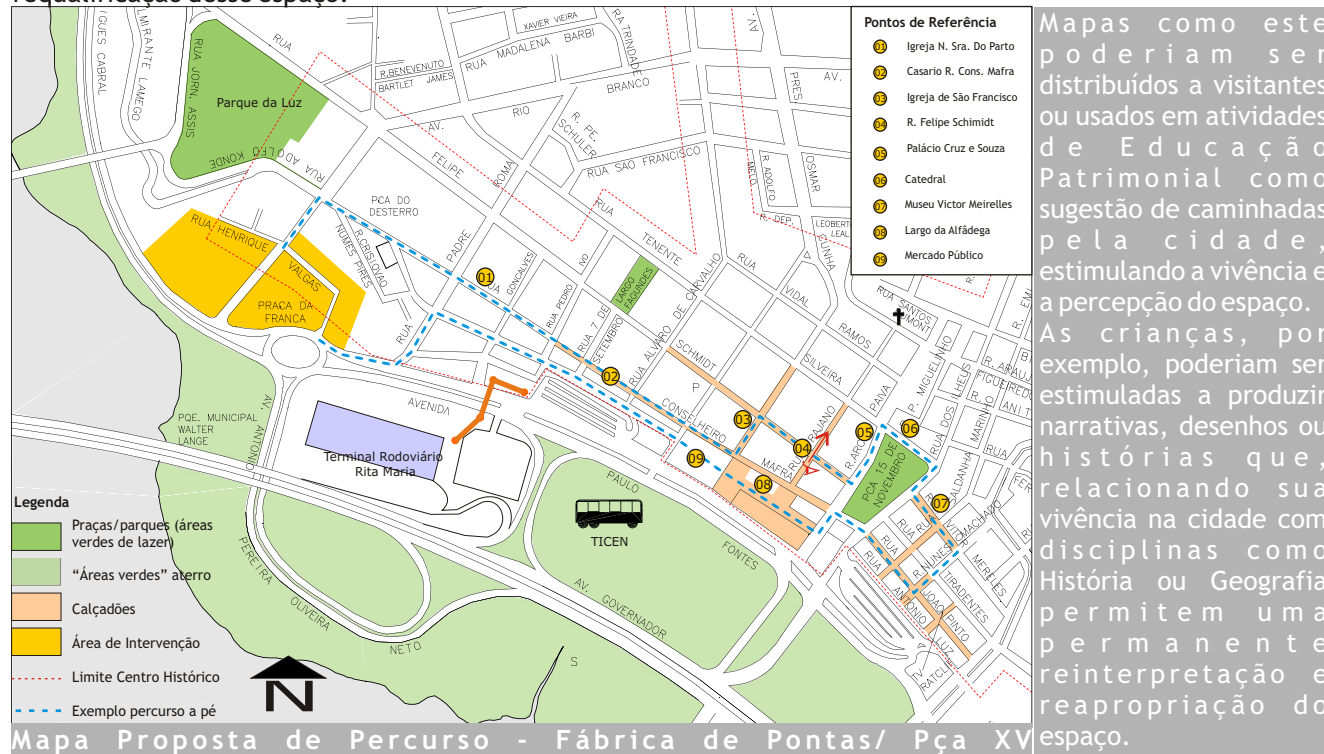
Acessos e relações com o centro histórico

A análise das possibilidades de acesso à área de intervenção é importante na medida que nos permite visualizar seus principais eixos de acesso, prever o funcionamento do local e adotar estratégias que visem uma maior integração com as localidades próximas.

O estudo de alguns percursos possíveis que permitam a integração com o restante do centro histórico é fundamental para que se possa fazer uma previsão de revitalização de toda a área de estudo de maneira integrada com o novo programa do local de intervenção. Assim, percebe-se que a Rua Conselheiro Mafra corresponde ao eixo de ligação e integração mais importante entre a “Fábrica de Pontas” e o centro histórico. A reavaliação dos usos desse trajeto é, portanto, essencial para o início dessa integração e revitalização do centro histórico como um todo.

Nos deteremos, entretanto, a apontar quase que superficialmente tais aspectos, pois a análise das atividades do centro histórico como um todo renderia outro trabalho tão ou, possivelmente, mais complicado do que esse.

Limitamo-nos a salientar que a busca por uma maior apropriação e identificação com o centro histórico deve buscar estabelecer, não só a criação de um espaço que introduza atividades como as propostas por esse projeto, como uma reestruturação de todos os seus usos de modo a facilitar esse processo. A análise de percursos a serem estimulados entre seus visitantes e usuários e o acréscimo de novos meios e horários de transporte coletivo seja, talvez, um dos primeiros passos para a requalificação desse espaço.



BIBLIOGRAFIA

ABREU, Reginaldo; CHAGAS, Mário (orgs), **Memória e Patrimônio: Ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003

ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como História da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CABRAL, Oswaldo. **Nossa Senhora do Desterro: Notícia Vol. I**. Florianópolis: [s.n.], 1972.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **O que é Lazer**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2001.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ MinC/ IPHAN, 1996.

GUTIÉRREZ, Ramón, **Arquitetura latino-americana: textos para reflexão e polêmica**. São Paulo: Nobel, 1989.

HALL, Edward T., **A arte como história da percepção in A Dimensão Oculta**. Lisboa: Antropos, 1986.

HORTA, Maria de Lourdes Pereira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN/ Museu Imperial, 1999.

JACQUES, Paola Berenstein (org.). **Apologia da Deriva: escritos situacionistas sobre a cidade/ Internacional Situacionista**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

MACHADO, Alexander da Silva, **A construção da cidadania a partir da Educação Patrimonial in Educação Patrimonial: Relatos e Experiências**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Humanização**. Campinas SP: Papyrus, 1995.

OLIVEN, Ruben George. **Educação e Sociedade Moderna: funções da educação no contexto urbano**. Porto Alegre: edições UFRGS, 1972.

PIAZZA, Maria de Fátima Fontes; BARRETO, Maria Teresinha Sobierakski; SOUZA, Sara Regina Silveira de. **A Fábrica de Pontas Rita Maria: um estudo de arqueologia industrial**. Florianópolis: EDEME, [19--].

SANTOS, Carlos Nelson F. **Preservar não é tomar, renovar não é pôr tudo abaixo**. Revista Projeto n° ...

SILVA, Adolfo Nicolich da. **Ruas de Florianópolis: resenha histórica**. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1999.

TEIXEIRA, Luiz Eduardo Fontoura. **Espaços Públicos da Orla Marítima do Centro Histórico de Florianópolis: O Lugar do Mercado**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Dissertação (Mestrado em Geografia) Centro de Filosofia e Ciências Humanas. UFSC, 2002.

VAZ, Nelson Popini. **O Centro Histórico de Florianópolis : espaço público do ritual**. Florianópolis: FCC: Ed. da UFSC, 1991.

VEIGA, Eliane Veras da. **Memória Urbana**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1993.

Sites da internet:

www.pmf.sc.gov.br/franklincascaes/
www.comune.torino.it/canaleturismo
www.montevideo.gub.uy/ciudadvieja/principal.html
www.iphan.gov.br
www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2003/ep
Www.ufsc.br/~esilva/